

Pagamento do 13º salário dos servidores do Estado injeta 2,5 bilhões na economia mineira

Qua 15 dezembro

O [Governo de Minas](#) depositou, nesta quarta-feira (15/12), de forma integral, o 13º salário de todos os servidores ativos e inativos do Estado. A estimativa é que sejam injetados cerca de R\$ 2,5 bilhões na economia mineira. Só em Belo Horizonte, o valor estimado da folha é de R\$ 541 milhões, representando cerca de 98 mil pagamentos (esses dados não incluem o número de militares e pensionistas, que não são registrados separadamente por município).

O pagamento integral do 13º salário para todos os servidores sem atraso ocorreu, pela última vez, em 2015. Somente em 2010 esse valor foi depositado para o funcionalismo até o dia 15/12.

“É muito gratificante, depois de 33 meses de Governo, onde desde o primeiro dia o foco tem sido ajustar as contas e arrumar a casa, ver que um trabalho disciplinado feito com muito sacrifício, com muita determinação, começa a dar frutos. Pagar o salário do funcionalismo e o 13º em dia sempre foi um desejo meu e de toda equipe e agora é uma realidade”, afirma o governador Romeu Zema.

Esforços

O pagamento do abono natalino é um dos resultados dos esforços do governo para equilibrar as contas públicas e arrumar a casa. Apesar da grande dificuldade financeira, a atual gestão conseguiu quitar salários em dia, honrar compromissos, repassar recursos em atraso para cidades e atrair R\$ 189 bilhões em investimentos, gerando emprego e renda para os mineiros, entre outras ações.

Em agosto deste ano, o funcionalismo público já pôde sentir no bolso o resultado de uma gestão de verdade e consciente. Foi nesse mês em que o salário voltou a ser depositado em única parcela, sem escalonamento, para todos os servidores, no 5º dia útil. Desde 2016, os vencimentos eram divididos.

Regularizar o pagamento era uma das principais metas do governo de Romeu Zema, alcançada graças a uma gestão eficiente, que, entre outros fatores, conseguiu reduzir logo nos primeiros dois anos de administração 49% das despesas não obrigatórias do Estado, como aluguéis, diárias, passagens, almoxarifado e contas de água e de luz, proporcionando economia de R\$ 1,2 bilhão no período.